

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Campus BAIXADA SANTISTA

SANDRA REGINA PARON RIBAS

SERVIÇO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA
A emancipação pelo trabalho

Santos
2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO
Campus BAIXADA SANTISTA

SANDRA REGINA PARON RIBAS

SERVIÇO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA
A emancipação pelo trabalho

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, *campus* Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a Orientação do Prof. Dr. Marcos Ferreira de Paula.

Santos
2018

Ribas, Sandra Regina Paron. 1964-

B827e

Serviço social e economia solidária: a emancipação pelo trabalho. / Sandra Regina Paron Ribas; Orientador: Prof. Dr. Marcos Ferreira de Paula – Santos, 2018.
45f. : 30 cm.

Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Federal de São Paulo – Campus Baixada Santista, Curso de Serviço Social, 2018.

1. Serviço social. 2. Economia solidária. 3. Trabalho. 4. Cooperativas. 5. Emancipação. Paula, Marcos Ferreira de, Orientador. II. Título

CDD 361.3

SANDRA REGINA PARON RIBAS

SERVIÇO SOCIAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA

A emancipação pelo trabalho

Trabalho apresentado ao Curso de Serviço Social da UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo, campus Baixada Santista, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, sob a Orientação do Prof. Dr. Marcos Ferreira de Paula.

Aprovação em: __/__/__

EXAMINADORES:

Prof. Dr. Marcos Ferreira de Paula (Orientador)
Universidade Federal de São Paulo

Valéria Aparecida de Oliveira Silva (Banca – Leitora)
Assistente Social – CRESS nº 60617

Dedico este estudo em especial à minha família, meu esposo Roberto, grande companheiro, e à minha filha querida Karina, pois ambos sempre acreditaram em mim.

AGRADECIMENTOS

Aos meus professores por todo conhecimento transmitido, e em especial ao meu professor orientador, Prof. Dr. Marcos F. de Paula, pelo suporte e compreensão no pouco tempo que lhe coube, por suas correções e incentivos.

Aos amigos com quem convivi nesses espaços ao longo desses anos. A experiência de uma produção compartilhada na comunhão, que foi a melhor experiência da minha formação acadêmica, amigos que sempre estiveram dispostos a ajudar. Em especial à Valéria Aparecida de Oliveira Silva, que mais que uma amiga, uma companheira presente mesmo quando estava ausente, pela sua incansável dedicação de não me deixar desistir, que nos momentos mais difíceis desta jornada sempre teve uma palavra de apoio e incentivo e até mesmo frequentes puxões de orelha merecidos, meu muito obrigado.

“Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim, ser um profissional propositivo e não só executivo”.

Iamamoto, O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional, 1998:20

RESUMO

Este estudo tem como tema a inclusão da Economia Solidária no Serviço Social através de processos socioeducativos na perspectiva de organização da classe trabalhadora, como medida de autonomia. Tem como objetivo geral verificar se a proposta da Economia Solidária pode se constituir numa via emancipatória ao oferecer uma alternativa para as transformações no mundo do trabalho. Como objetivos específicos, a pesquisa buscou mostrar, por meio da literatura, como a economia solidária pode propiciar melhor qualidade de vida à população de baixa renda e quais os principais problemas enfrentados pelas pessoas que aderem à economia solidária como fonte de renda. A metodologia adotada foi a revisão de literatura. Esse método de pesquisa permite a análise de estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo. Foram realizadas buscas no período de dezembro de 2016 a setembro de 2017, por meio das bases de dados indexados Bireme. Os descritores utilizados para a busca foram: serviço social, economia solidária, trabalho, cooperativas e emancipação. Diante da coleta de dados, surgiram muitos estudos sobre cooperativas, mostrando que esta forma de economia é a que muitos autores consideram a mais promissora, visto já existir diversos empreendimentos, conclui-se que a economia solidária surge para o Assistente Social, como um terreno fértil para pesquisas e intervenções, na perspectiva de organização coletiva, tornando-se uma alternativa de sobrevivência para as populações mais carentes. Entende-se que mais experiências possam nascer a cada dia para somar seus saberes na construção de uma vida igualitária, com justiça social e de renda, geração de trabalho com dignidade e solidariedade, com autogestão e cooperação entre seus membros.

Palavras-Chave: Serviço Social, Economia Solidária, Trabalho, Cooperativas e Emancipação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I – Os fundamentos da Economia Solidária.....	14
1.1 – A História da Economia Solidária	14
1.2 – Economia Solidária no Brasil.....	15
CAPÍTULO II – Economia Solidária: Alternativa ao Capitalismo.....	20
2.1 – Como se constituem os projetos de Economia Solidária.....	20
2.2 – Os tipos de empreendimentos de Economia Solidária.....	22
2.3 – Empreendimentos localizados na região da Baixada Santista e Vale do Ribeira.....	25
CAPÍTULO III – Trabalho, Serviço Social e Emancipação.....	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	35
Serviço Social e Economia Solidária: uma alternativa emancipatória.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	40
ANEXOS	44

INTRODUÇÃO

Este estudo tem como tema a inclusão do Serviço Social na gestão de economia solidária, como medida emancipatória no mundo do trabalho. O conceito de Economia Solidária (ES) surgiu na Europa, segundo Gaiger (2009), cujas raízes mais distantes datam do século XIX. O autor explica que, naquela época, diante das agitações sociais advindas da revolução industrial, o associativismo surgiu como uma resposta de operários e camponeses que se caracterizava desde seus primórdios por formas de gestão autônomas e democráticas.

Delimitando o tema, a ES é uma forma de economia associativa que possui ideias próprias, mas que utiliza algumas características da forma tradicional para sua manutenção, dentre elas, a livre iniciativa de organização, a competição no mercado e a propriedade privada (de uma coletividade) dos meios de produção (NASCIMENTO; REIS, 2008).

Na América Latina, o aparecimento do conceito da ES está relacionado aos aspectos e elementos constituintes da economia popular. Esta, por sua vez, foi criada pelos próprios trabalhadores que não tinham meios de produção diante das mudanças que estão ocorrendo no processo de trabalho (LEBOUTTE, 2003, p. 55).

O conceito de ES, na América Latina, refere-se ao conjunto de iniciativas visando a livre produção e o livre comércio entre trabalhadores, de forma democrática, obtendo ganho econômico e benefícios como qualidade de vida, reconhecimento e participação na sociedade (GAIGER, 2009).

Essas características não se opõem à definição que o Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2008) dá à ES, definida como uma forma diferente de produzir, vender, comprar e trocar o que for necessário para se viver, sem explorar os outros, sem levar vantagem, não destruindo meio o ambiente, fortalecendo a comunidade, no bem comum. A Portaria n. 2060/2014 do MTE (BRASIL, 2015) define ES enquanto “atividades econômicas” relacionadas à “produção de bens e serviços”, de distribuição, de consumo, de finanças, solidárias, coletivas e “autogestionárias”.

A ES demonstra ser uma estratégia relacionada aos mais fragilizados, que estavam marginalizados dos benefícios do lucro e da possibilidade de ter um futuro de mudança, podendo ser de curto, médio e longo prazo, podendo também contribuir com questões sociais e ambientais (CAMPELLO; SANTIAGO, 2015).

Como problema, podemos levantar a seguinte questão: entendendo que o desemprego expressa-se de diferentes formas e intensidades nos diferentes países, o aumento do desemprego no Brasil, vinculado aos diversos processos de globalização, faz com que um novo contingente de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social se junte às parcelas da população historicamente marginalizadas econômica e socialmente (NASCIMENTO, 2011:35), como, nesse cenário, o Assistente Social poderia se apropriar da ES como meio de beneficiar os usuários dos serviços?

Esta pesquisa tem como objetivo geral se a proposta da Economia Solidária pode se constituir numa via emancipatória ao oferecer uma alternativa para as transformações no mundo do trabalho. Como objetivo específico, este estudo propõe verificar por meio da literatura como o Serviço Social, através da economia solidária, pode propiciar e gerar melhor qualidade de vida à população de baixa renda; além disso, mostrar quais os principais problemas enfrentados pelas pessoas que aderem à economia solidária como fonte de renda.

Este estudo tem como justificativa contribuir para um melhor conhecimento sobre a economia solidária. Há muitas cooperativas na Baixada Santista, como, por exemplo, a cooperativa de transporte de carga e passageiros, cooperativas de saúde, coleta seletiva de óleo usado, Clube de trocas, vendas de alimentos em feiras orgânicas, pesqueira, coleta de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta de lixo, entre outras, sendo que muitas delas proporcionam meios de subsistência aos seus cooperativados, gerando assim, melhor qualidade de vida entre eles e seus familiares. Entretanto, não podemos deixar de diferenciar que algumas das modalidades de cooperativas não estão vinculadas à economia solidária, e dessa forma, têm que ser analisadas sob diferentes perspectivas. A partir da contribuição de Lima (1998) esses empreendimentos podem ser classificados em diversas categorias, a saber:

- Cooperativas de produção ou de trabalho: surgem no curso histórico em momentos críticos da economia, existindo em limitado espaço de tempo. Os trabalhadores das cooperativas de trabalho prestam serviços às indústrias em troca de um valor em dinheiro, distanciando-se dos funcionários assalariados apenas no que tange à ausência dos direitos consolidados dos trabalhadores; pode ser uma forma de burlar os direitos trabalhistas. Todavia, a parceria com órgãos públicos pode modificar esse quadro, se aliado a projetos de geração de renda, pois podem trazer

benefícios em um espaço de tempo curto. Ainda que sua continuidade não seja garantida, seus aspectos positivos permanecem como a atração de investimentos, inserção social dos cidadãos e a manutenção dos indivíduos em suas cidades de origem.

- “Cooperfraudes” ou “pseudocooperativas”: na experiência brasileira, é um negócio organizado pelos empregadores que direcionam toda contratação de mão de obra a partir de tais cooperativas de prestação de serviços. No entanto, são organizadas pelos representantes dos empregadores para contratar sem ter obrigações trabalhistas e com menor remuneração, o que na realidade é ilegal. Esse modelo de contratação intensifica os processos de precarização das condições de trabalho e contribui para a constituição de experiências negativas na história do cooperativismo no Brasil.

- Cooperativas que atuam como empresas capitalistas: nos mais diferentes setores da economia são constituídas nas formas de organização cooperativa que possuem dentro dos princípios do cooperativismo uma diversidade de relações entre os cooperados, bem como entre seus funcionários. São organizações com estatutos e regimentos internos que normatizam a gestão, com participação e distribuição de sobras aos sócios, e que ao mesmo tempo são grandes empregadoras de mão de obra assalariada, tendo em vista que não estão enquadradas na perspectiva da economia solidária. (LIMA, 1998, p. 4)¹

Em relação aos procedimentos metodológicos, esta é uma pesquisa de revisão de literatura. Este método foi escolhido, por verificar que é, no caso em questão, o mais apropriado e que pode mostrar dados atuais não expressos em forma numérica ou quantitativa (GIL, 2010). Esse método de pesquisa permite a análise de estudos publicados e possibilita conclusões gerais a respeito de uma particular área de estudo (GIL, 2010, p. 162).

Trata-se de uma revisão bibliográfica, em que se procurou realizar a pesquisa com publicações no período de 2010 a 2016, entretanto, devido à escassez de publicações voltadas ao tema, optou-se pelo período de 2000 a 2016.

A pesquisa foi elaborada no período de dezembro de 2016 a setembro de 2017, procurando conhecer sobre os problemas enfrentados pelos adeptos da economia

¹ Informações disponíveis em: <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n105/05.pdf>

solidária, bem como apontar as diversas possibilidades de melhorias na qualidade de vida, por meio das bases de dados indexados Bireme.

Os descritores utilizados para a busca foram: serviço social, economia solidária, trabalho, cooperativas e emancipação. Foram considerados como critérios de inclusão os artigos que abordam os objetivos do estudo, como critérios de exclusão desconsideramos os artigos que estejam fora do período estipulado de coleta, bem como artigos que não abordassem sobre qualidade de vida e formas de economia solidária.

Acredita-se que a Economia Solidária pode se tornar fonte geradora de empregos e melhor qualidade de vida à população de baixa renda, subsidiando o trabalho técnico do Assistente Social, gerando mais oportunidades e autonomia à classe trabalhadora.

CAPÍTULO I

Os fundamentos da Economia Solidária

1.1 – A História da Economia Solidária

O nascimento da Economia Solidária na Europa, segundo Gaiger (2009), tem sua procedência mais distante datando do século XIX. O autor afirma que, naquele momento, com as mudanças provocadas pela Revolução Industrial, o *“associativismo surgiu como uma resposta de operários e camponeses que se caracterizava desde seus primórdios por formas de gestão autônomas e democráticas”*. (GAIGER, 2009. p. 81-99)

O conceito de Economia Solidária (ES)² surge como uma forma de evitar o abismo existente entre o econômico, o social e o político. Ainda de acordo com o autor, os termos buscaram dar conta do nascimento de numerosas iniciativas da sociedade civil, que não se encontram na trilogia das cooperativas, mutualidades e associações legalizada na França, porém, esclarece que o termo não é a definição do que seria desejável fazer, e sim problematizar as diversas práticas sociais.

No decorrer do século XX, o cooperativismo deixou de ser uma prática atrativa para os trabalhadores devido às reações da classe patronal e dos governos, fazendo com que as cooperativas existentes perdessem sua capacidade de sobrevivência, principalmente pelo modelo de economia implantado pelo movimento socialista no Leste Europeu³ que foi delineado nas principais atividades produtivas.

² Nota da autora: Ao longo do texto utilizaremos a sigla ES – Economia Solidária.

³ Nota explicativa: A criação do socialismo como regime político-econômico visava sufocar e extinguir o sistema que vigorava no final do século XIX, o capitalismo. As ideias socialistas almejavam implantar uma sociedade mais justa e igualitária. Os principais idealizadores do socialismo foram os alemães Karl Marx e Friedrich Engels, após uma profunda análise no sistema capitalista eles propuseram a estruturação de uma sociedade alicerçada no regime socialista. A partir daí as ideias do regime socialista se espalharam pelo mundo e muitos países as implantaram. No entanto, tais nações não instituíram o socialismo aos moldes propostos por Karl Marx e Friedrich Engels. Desse modo, o socialismo aplicado em diversas nacionalidades recebeu o nome pelos estudiosos de “socialismo real”, ou seja, aquele que realmente foi colocado em prática. Na União Soviética e todo Leste Europeu foi instaurado o socialismo real, marcado principalmente pela enorme participação do Estado. Esse fato fez emergir, de certa forma, um sistema um tanto quanto ditatorial, tendo em vista que as decisões políticas não tinham a participação popular. A liberdade de expressão era reprimida pelos dirigentes, que concentravam o poder em suas mãos. Com o excesso de centralização do poder a classe de dirigentes, bem como os funcionários de alto escalão do governo, passaram a desfrutar de privilégios que não faziam parte do cotidiano da maioria da população; o que era bastante contraditório,

Além disso, também contribuíram para a redução das iniciativas de cooperativismo autogestionário as propostas políticas do *New Deal* depois da quebra da Bolsa de Valores em 1929. Entretanto, após a Segunda Guerra Mundial as cooperativas foram retomadas como propostas do *Welfare State* até meados da década de 1960. Para Bihl (1998) o "compromisso fordista" iniciado no começo do século garantiu os direitos formais e reais da classe menos favorecida, possibilitando excluir a classe miserável, fazendo surgir uma nova classe com melhores condições de sobrevivência.

Na América Latina a ES surge na mesma perspectiva de organização da classe trabalhadora, sendo apontada como um marco das relações socioeconômicas em comunidade locais, regionais e em redes, que se expandem em diferentes regiões geográficas. No entendimento de um dos maiores propositores da ES no Brasil, o economista Paul Singer⁴,

[...] de modo geral, a ES não é uma alternativa somente para os pobres e excluídos, mas concebe avanços em diversos domínios e contextos, e engloba de modo responsável, diversos segmentos da sociedade. Essa nova economia visa recuperar socialmente o que o progresso da tecnologia eliminou em determinadas situações (SINGER, 2002, p.10).

Dessa forma, a partir das transformações no mundo do trabalho em que as elites produtoras que monopolizam a economia, gerando a acumulação do que é socialmente produzido através da exploração do trabalho, causando cada vez mais desigualdades, é que foi criada a ES pelos próprios trabalhadores a partir de suas necessidades de sobrevivência.

Assim, a ES, em seu conceito traz os elementos que constituem a economia popular, visando o livre comércio entre trabalhadores, de forma democrática, buscando ganho econômico e benefícios em qualidade de vida, reconhecimento e participação social na tentativa de garantir as necessidades básicas para a produção e reprodução da vida com dignidade.

1.2 – A Economia Solidária no Brasil

pois o socialismo buscava a construção de uma sociedade igualitária. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/o-fim-socialismo.htm> Acesso 26/11/2018.

⁴ Paul Singer foi economista e professor, membro e um dos fundadores do Partido dos Trabalhadores (PT) e maior referência teórica sobre Economia Solidária no país.

A Economia Solidária surgiu no Brasil, de forma dispersa, na década de 1980, sendo que sua adoção cresceu consideravelmente na segunda metade dos anos 1990 a partir da elevada crise de desemprego, desde o início de 1981, que se agravou com a abertura do mercado interno às importações, exigindo maior qualificação e escolaridade das pessoas, dificultando ainda mais o acesso ao mercado de trabalho. Dessa forma, como defesa contra a exclusão social e a desigualdade, a classe trabalhadora buscou através de alternativas às crises de mercado, inserir-se nos meios de produção, nas mais variadas formas de trabalho, autônomas, individuais e coletivas.

Assim, foi ganhando força através dos movimentos sociais com apoio de instituições e entidades que procuraram contribuir com as demandas da classe trabalhadora, potencializando iniciativas associativas e comunitárias, e a constituição de cooperativas populares, feiras de cooperativismo e redes de produção e comercialização.

Nesse sentido, a ES expressa-se de diferentes formas e intensidades nos diferentes países, e no Brasil com o aumento do desemprego, *“vinculado aos diversos processos de globalização, faz com que um novo contingente de trabalhadores em situação de vulnerabilidade social se junte às parcelas da população historicamente marginalizadas econômica e socialmente”* (NASCIMENTO, 2011), alcançando a regulamentação dessas experiências como estratégia de combate ao desemprego.

Diante disso, com o crescente fortalecimento do movimento de ES, foi aprovado pelo Congresso Nacional, em junho de 2003, o projeto de lei do então presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, criando a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), vinculada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Para ocupar a pasta, foi apresentado, consensualmente, o nome de Paul Singer, que criou o Conselho Nacional de Economia Solidária (CNES) em junho do mesmo ano. No mesmo período, em Brasília, deu-se a terceira plenária de ES onde concretizou-se a criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), que passou a representar os interesses dos movimentos sociais da ES no Brasil como resultado do protagonismo e do processo participativo desses movimentos nas diversas regiões do país.

Após dez anos da criação da SENAES, Singer (2014) fez uma avaliação positiva sobre o trabalho institucional desenvolvido pela secretaria que, segundo ele, só foi possível a partir da relação estreita com os movimentos sociais que com os

avanços puderam definir os princípios, conceitos e diretrizes para a política pública nacional, propiciando a expansão da ES em nível nacional, articulada com organizações da sociedade civil que atuam diretamente na área.

Para ele, foi de suma importância esse esforço em garantir um processo participativo através da parceria do FBES – que assumiu a responsabilidade sobre a pesquisa da realidade – para constituir uma base nacional de informações em ES, resultando em uma iniciativa pioneira no mundo para identificação e caracterização de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), Entidades de Apoio e Fomento (EAF) e Políticas Públicas de Economia Solidária, através da construção do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES). Este sistema de pesquisa foi institucionalizado por meio da Portaria Ministerial nº 30, de 20 de março de 2006, do MTE, reconhecendo e consolidando os objetivos e funcionamento do SIES, o que acarretou um amplo processo de mobilização nacional com a constituição de 27 equipes gestoras estaduais (EGE's) envolvendo mais de 230 entidades, em 2004, em todo o país, focalizando o desenvolvimento local e territorial e a organização econômica e solidária.

Além disso, outras estratégias foram implementadas através da inserção do Programa Economia Solidária em Desenvolvimento nos Planos Plurianuais de 2004/2007 e de 2008/2011 e também da criação da base legal que reconheceu as organizações de ES como sujeitos de direitos, sendo este o argumento central para a institucionalização das políticas públicas na sociedade e nos Estados bem como da participação cidadã e do controle social da ES.

Neste período, vários programas foram implementados para o desenvolvimento local e territorial, tais como os Programas de Desenvolvimento Rural Sustentável, Territórios da Cidadania, Territórios de Paz do Programa Nacional de Segurança com Cidadania, entre outros. Esses programas buscaram enfocar cada vez mais a participação das comunidades na promoção do desenvolvimento local solidário e sustentável, sendo que em 2005 deu-se o início do Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária (PPDLES) como projeto piloto voltado às comunidades rurais quilombolas, mas que em 2008 passou por uma reformulação, sendo então denominado Programa Brasil Legal.

Ao longo desse processo, de acordo com Moraes (2011), os empreendimentos de ES no Brasil se formaram através de várias frentes, como por exemplo, as Universidades que criaram Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares

(ITCPS). Segundo Schiochet (2008), as primeiras experiências de ações governamentais surgiram nos municípios de Porto Alegre/RS, Belém/PA, Santo André/SP e, depois, em Recife/PE e São Paulo/SP, sendo que o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, então comandado pelo Partido dos Trabalhadores foi pioneiro, na implementação de políticas estaduais⁵.

Atualmente existe o reconhecimento do importante acúmulo na assimilação da agenda pública prioritária para a ES, como o que foi conseguido por meio da Lei Federal nº 11.445/2007, que possibilita ao Poder Público contratar através de licitação empreendimentos voltados à economia popular, através de associações e cooperativas.⁶

Para Praxedes (2009) trata-se, sem dúvida alguma, de importante instrumento de inclusão social e de política de desenvolvimento na área de serviços e produção relacionada ao meio ambiente, permitindo também o acúmulo das experiências que demonstram o rol de conquistas e desafios em sua estruturação.

Um novo avanço foi conquistar na Lei Federal nº 11.448/2007 a inclusão das sociedades cooperativas na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, instrumento legal que, gerando facilidades no acesso às compras, reguladas pela Lei nº 8.666, ainda são porém insuficientes, porque mesmo com o implemento de algumas políticas

⁵No Estado do Rio Grande do Sul, durante o governo Olívio Dutra (1998-2002) fundador do Partido dos Trabalhadores (PT) no RGS, houve a implementação de um programa designado de Economia Popular e Solidária. Esse Programa era direcionado para o fomento e a criação de empresas interligadas em redes e voltadas para a autogestão de empreendimentos populares. O Programa foi integrado à Secretaria de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais (SEDAI) e contou com a parceria de outras organizações, entre elas, a ANTEAG, com técnicos conveniados. A política relacionada à Economia Popular e Solidária já estava sendo implementada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, servindo de exemplo ao Governo de Olívio Dutra, integrante do mesmo partido por 20 anos. O Governo Olívio Dutra implementou o Programa de Economia Popular e Solidária, pois acreditava que “há um potencial implícito no processo da Economia Popular Solidária em promover uma relação qualificada, econômica, financeira, mercantil e social com outros empreendimentos “autogestionários”. Nesse sentido, através do Programa, foram criadas feiras de Economia Solidária no Estado do Rio Grande do Sul, objetivando integrar essas experiências populares e autogestionárias. À medida que o Governo Municipal de Porto Alegre serviu de modelo ao Governo Estadual do Rio Grande do Sul, este último colaborou e contribuiu com o Governo Lula, em relação à criação da política pública, acerca do cooperativismo e da Economia Solidária. (LEBOUTTE, Paulo. Economia popular solidária e políticas públicas: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: ITCP/COPPE, 2003.)

Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1001/781>

⁶Na referida Lei em seu Art. 57, inciso XXVII do caput do Art. 24 da Lei 8.666/1993, revê a redação que passa a vigorar da seguinte forma: na contratação da coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11445.htm

de incentivo a essas iniciativas, a grande massa de trabalhadores enfrentam enormes desafios para a construção da economia solidária.

Mesmo com a posse da Presidenta Dilma Rousseff em 2011 que afirmou, em seu discurso que manteria o compromisso com a continuidade dos programas criados na gestão do Presidente Lula, muitos fatores burocráticos dificultavam o trabalho coletivo, que na visão de Cortegoso (2007) está diretamente relacionado a um processo que só poderá ter resultados com ações realizadas em grupos, de forma articulada na mesma direção e que sejam mantidas por consequências imediatas e específicas.

Entretanto, com as medidas de arrefecimento estabelecidas em 2015 com os inúmeros cortes e a grave crise política que levaram ao golpe parlamentar, jurídico e midiático, instituído em 2016, acarretando a mudança da presidência da república, resultaram no afastamento de Paul Singer do SENAES e também na mudança de pasta da secretaria, passando do MTE para o Ministério do Trabalho e Previdência Social, medidas que não garantiam condições mínimas de avanços, nem tampouco de manutenção de políticas e programas no campo da ES.

CAPÍTULO II

Economia Solidária: Alternativa ao Capitalismo

2.1 – Como se constituem os projetos de Economia Solidária

Na ES torna-se evidente o poder de crescimento e de transformação, que são levados aos seus adeptos. Na medida em que a relação vertical entre patrão e empregado é substituída pela relação horizontal e igualitária, que para Singer é *“uma associação entre iguais em vez do contrato entre desiguais”* (SINGER, 2002, p. 9) que demonstra uma tentativa de superação em relação à exploração da força de trabalho.

Desse modo, a ES caracteriza-se por um conjunto de atividades econômicas de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito, organizadas sob a forma de autogestão.

A ES vem sendo colocada e reutilizada por muitos autores como uma estratégia de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social. Fala-se em um modo de produção alternativo ao capitalismo e aos efeitos da mundialização do neoliberalismo, sendo que o mais discutido é o desemprego e a precarização do trabalho em conjunto com a ofensiva aos direitos sociais conquistados (BENINI; FIGUEIREDO NETO, S.d)⁷

Portanto, a ES atualmente fazendo parte da agenda do Estado através da implantação de políticas governamentais voltadas ao seu desenvolvimento, torna-se de considerável importância social, pois *“constitui-se em um modelo de gestão que passa pela afirmação e reconhecimento dos valores que a sustentam e podem ter muito a nos ensinar”* (EIDELWEIN, 2009, p.41-54).

Nesse sentido, temos como exemplo na área da saúde mental a identificação dos trabalhadores com o cooperativismo, aliando sua produtividade ao processo de superação das dificuldades impostas pela limitação e o acesso ao mercado de trabalho, através da rediscussão constante da organização e da criação de novos modos de viver o trabalho (BARFKNECHT, et al 2006).

Vieira e Foresti (2016) esclarecem que informação e conhecimento são essenciais na ES, como forma de administrar, organizar e se manter no mercado do

⁷Para informações consultar:
www.aedb.br/seget/arquivos/artigos07/1412_Economia_Solidaria_Seget.pdf
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3226/1/livro_anaisdocircuito01.pdf

e

trabalho, gerando renda e inclusão dos menos favorecidos. Para Carvalho (2012), com os empregos criados pela ES, muitas famílias, passaram a ter uma melhor qualidade de vida, em relação à saúde, educação, habitação, saneamento básico e infraestrutura.

Segundo Lima (2016), um empreendimento econômico solidário gera uma série de oportunidades aos trabalhadores que vão desde a troca de conhecimentos adquiridos pelo grupo até a formação integral em diversos temas, como associativismo, cooperativismo, educação popular, política, economia, saúde, entre outros. O autor afirma que no Brasil identificam-se cerca de 160 fóruns municipais, microrregionais e estaduais que reúnem cerca de 3 mil empreendimentos econômicos, quinhentas entidades de apoio e fomento, 12 governos estaduais e duzentos municípios pela Rede de Gestores de Políticas Públicas de Economia Solidária⁸. Sthal e Schnneider afirmam que em empreendimentos de economia solidária

[...] as pessoas se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, se aproxima da ideia de desenvolvimento social e econômico, podendo constituir-se como uma ideia-força, capaz de fomentar a transformação social (STAHL; SCHNEIDER, 2013, p.199).

Segundo Sousa (2009), de acordo com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), sobre empreendedorismo, afirma que o número de brasileiros que empreendem é grande, porém poucos o fazem por vontade, mas por necessidade, sendo este fator o maior responsável pela alta mortalidade das empresas brasileiras. Entretanto contamos com dois grandes estudos sobre EES, ambos realizados pelo SIES, que trata da relação entre o grau de “*solidarismo*” e o índice de sobrevivência de empreendimentos econômicos solidários na região sul do Brasil. Em um desses estudos⁹, apresentou-se um primeiro mapeamento, no ano de 2007, em que aponta um total de 21.589 EES no Brasil. Já no segundo mapeamento feito no ano de 2013, esse número caiu para 19.708, neste sentido, é possível

⁸Mais informações em: <https://centrodeestudoseassessoria.org.br/wp-content/uploads/2017/03/Cartilha-BOAS-PRATICAS-CEA-29-06.pdf>

⁹Trata-se do primeiro estudo publicado em 2007, com a temática de Mapeamento da Economia Solidária no Brasil, onde a base de estudos foram os anos de 2005-2007; e a segunda publicação do mapeamento em 2013, com base nos anos 2009-2010. Uma vez que existem dois estudos, diversos autores permeiam sobre a questão da sustentabilidade das EES.

vislumbrar um panorama positivo, mesmo com o número em queda, sobre a sobrevivência dos EES¹⁰.

Assim, diante do exposto verifica-se que a ES tem alcançado cada vez mais destaque e importância nos negócios, buscando melhores condições de trabalho e vida, sendo designada e difundida por muitos, onde o resultado final é a solidariedade e a igualdade em sociedade¹¹.

Figura. Quadro 1. Origem e Fundamentação da Cooperação – **Anexo I**

Figura. Quadro 2. Empreendimentos econômicos solidários por macrorregião e associados/as – **Anexo II**

2.2 – Os tipos de empreendimentos da Economia Solidária

Uma forma de conhecer como funciona os Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), é através da Portaria nº 2060/2014 do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que os define como organizações¹² de “caráter associativo” que desenvolvem “atividades econômicas” onde os membros exercem “democraticamente a gestão das atividades e a alocação dos resultados”.

Entretanto, existem muitas formas de empreendimentos coletivos e nem todos podem se caracterizar como economia solidária, sendo que o **Cooperativismo**¹³ é a forma mais comum de Economia Solidária.

¹⁰Os dados citados estão descritos no trabalho de Kuyven e Kappes (2013) publicado nos Anais do VIII Congresso Internacional Rullescoop, ocorrido nos dias 3 a 7 de dezembro de 2013, dentro do Grupo de Trabalho 4 – Fatores de viabilidade das organizações cooperativas e solidárias.

¹¹ Nos anexos é possível verificar os dois Quadros sobre o sistema de cooperação (Quadro 1) e sobre a distribuição de EES no país até 2016 (Quadro 2). Cf. **Anexo I, Figura. Quadro 1.** Origem e Fundamentação da Cooperação; **Anexo II, Figura. Quadro 2.** Empreendimentos econômicos solidários por macrorregião e associados/as.

¹²São organizações coletivas [...] suprafamiliares, singulares e complexas [...] como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.; cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores (as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados; permanentes [...] que disponham ou não de registro legal, prevalecendo à existência real, e que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito [...] de comercialização [...] e de consumo solidário. (KUYVEN; KAPPES, 2013, p. 8).

¹³Um exemplo de Cooperativismo é o Agropecuário que, segundo o Ministério da Agricultura, Agropecuária e Abastecimento, contribuem para manter o agricultor no campo, fomentando a

É um empreendimento, só que não é um empreendimento meramente econômico, não é um empreendimento que visa lucro, é um empreendimento que visa emancipação, que visa emancipar o indivíduo das atuais relações sociais (HADDAD, 2005, p. 27).

Barreto (2003) trata em seu livro sobre a cultura de cooperação, onde relata sobre a ES afirmando que não basta simplesmente a transformação da forma como o processo econômico está organizado, mas principalmente como as pessoas estão organizadas e quais suas concepções mentais sobre sua própria relação com o trabalho, com a sociedade e como se veem como atores deste processo. Ele afirma que a ES é antes de tudo um projeto democrático de implantação de um modo de produção autogestionário baseado na liberdade humana, na autonomia, e em seres humanos política, econômica e socialmente emancipados.

Outro empreendimento comum é o **Clubes de Trocas**, caracterizado como

[...] um espaço onde os associados trocam entre si produtos, serviços e saberes, de uma forma solidária, promovendo a autoajuda, num sistema alternativo à economia vigente, que respeita normas éticas e ecológicas". (CASTRO; PASCALO; PRIMAVERA et al., 2003, p. 289).

Existem alguns exemplos de **LETS (*Local Employment and Trading System* – Sistema Local de Emprego e Comércio)** que podem ser reconhecidos como ES a depender da forma como são implementados, porque “É um sistema que congrega produtores em nível local, para intercambiarem seus produtos mediante crédito mútuo” (SINGER, 2000, p. 132).

Os empreendimentos mais simples que materializam a Economia Solidária são as **Empresas autogestionárias**¹⁴ que, geralmente, nascem por iniciativa de

comercialização de seus produtos e fornecendo serviços a seus cooperados. Vários benefícios são oferecidos aos cooperados, sendo possível destacar: Inclusão de produtores, independentemente de seu tamanho e sistema de produção; coordenação da cadeia produtiva em relação horizontal; geração e distribuição de renda de forma equitativa; prestação de serviços e o acesso e adoção de tecnologias aos seus cooperados; economias em escala nos processos de compra e venda, isto é, barganha adquirida nas compras e nas vendas coletivas; acesso a mercados, que isoladamente seria mais complicado; e agregação de valor à produção dos cooperados. Reforça que dessa forma os produtores descobrem as vantagens de atuar coletivamente, principalmente nos momentos de compra de insumos e de venda da produção. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/cooperativismo-associativismo/cooperativismo-brasil> Acesso: 03.12.18

¹⁴ Os princípios contidos na autogestão estão presentes quando os trabalhadores têm capacidade e poder de decisão dentro do empreendimento, tais como: metas de produção, política de investimentos e modernização, política de pessoal etc. Isso quer dizer que as atividades educativas e o incentivo à inteligência coletiva constituem a vida das empresas autogestionárias que significa, democratizar as tarefas que envolvem conhecimento, dando oportunidade para que o "saber fazer" chegue ao conjunto dos trabalhadores; superar os entraves ao acesso às informações e conhecimento; envolver o conjunto

trabalhadores que se associam para formar uma empresa, que será gerida e administrada pelos próprios trabalhadores.

Diante desses exemplos, podemos citar também as práticas do **Comércio Justo**¹⁵ que se trata de um modo de favorecer, tanto os produtores que praticam a ES (independente do tamanho do empreendimento) quanto os consumidores, e de transformar o conjunto das relações econômicas para que operem sob o princípio da autogestão e da sustentabilidade ecológica, porque,

É tido como uma forma alternativa ao comércio convencional, pois respeita as necessidades das pessoas envolvidas, contribui para o desenvolvimento sustentável, oferecendo melhores condições comerciais e visa proteger os direitos dos trabalhadores (JAFEE, 2004, p.185).¹⁶

Assim, independente do tipo de empreendimento autogestionário em ES, a prática do comércio justo diferencia-se de acordo com o tipo de comercialização dos produtos. Para tanto, existem alguns princípios que regem esse tipo de atividade voltados também à *produção, transformação, distribuição e consumo*¹⁷, elencados a seguir:

dos trabalhadores nas áreas de pesquisa e desenvolvimento; promover regularmente atividades de desenvolvimento do trabalho em equipe e de relacionamento entre as pessoas. É possível verificar que na autogestão, ao sentir-se como proprietário coletivo da empresa, o trabalhador passa a assumir maiores responsabilidades e os riscos do negócio. Sentindo-se mais importante e, com maior auto-estima, aumenta a motivação; as necessidades e expectativas de cada trabalhador, como os sentimentos, sonhos e segurança futura são tratadas coletivamente e com condições de serem atendidas; o trabalhador pode fazer aquilo que deseja para ser mais feliz. As escolhas pessoais determinam a disposição para o trabalho; cada dono deve conhecer a empresa na qual trabalha e ter pleno conhecimento das possibilidades e limites de seu poder de decisão. Alguns exemplos de autogestão podem ser verificados e aplicados em empresas privadas em situação de falência, que passam a estrutura da empresa aos trabalhadores como meio de quitarem seus débitos trabalhistas. Informações disponíveis em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2004-08-18/como-funcionam-empresas-com-autogestao-dos-trabalhadores> Acesso em: 03.12.18

¹⁵Nascido no final dos anos 1950, o Comércio Justo desenvolveu-se ao longo dos anos, compondo diferentes perspectivas de atuação, podendo ser visto de maneira mais restrita, como **atividade comercial**, ou de maneira mais ampla, como **movimento social e econômico**. Destacamos que, *levando em conta o critério da autogestão, apenas uma parte do comércio justo pode ser caracterizada como economia solidária*. Informações extraídas da *Cartilha de Comércio Justo e Solidário*, 2010, p.12.

¹⁶ Para maiores informações consultar:

<http://www.scielo.br/pdf/cebape/v14n2/1679-3951-cebape-14-02-00243.pdf>

¹⁷Grifo da autora: Aqui enfatizamos o significado dado às atividades voltadas aos empreendimentos de ES, que segundo Singer (2004) afirma “O desenvolvimento solidário é um processo que incentiva a criação de modos de produção alternativos para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico, a preservação da natureza e a redistribuição dos lucros e do crescimento em prol dos excluídos da produção social, ou seja, o desenvolvimento sustentável cria outras relações de produção e os seus objetivos vão além do lucro e do capital, em favor da sociedade e não apenas dos interesses empresariais”. (SINGER, 2004, p. 7)

- Fortalecimento da democracia, autogestão, respeito à liberdade de opinião, de organização e de identidade cultural no desenvolvimento das atividades relacionadas à produção e à comercialização justa e solidária;
- Garantia de condições justas de produção, trabalho, remuneração, agregação de valor e comercialização, bem como o equilíbrio e respeito nas relações entre os diversos atores e atrizes, visando à sustentabilidade econômica, sócio-ambiental e a qualidade do produto em toda cadeia produtiva;
- Apoio ao desenvolvimento local em direção à sustentabilidade, de forma comprometida com o bem-estar sócio-econômico e cultural da comunidade, promovendo a inclusão social através de ações geradoras de trabalho e renda, manutenção e recuperação da biodiversidade;
- Respeito ao meio ambiente, primando pelo exercício de práticas responsáveis e sustentáveis do ponto de vista sócio-ambiental;
- Respeito à diversidade, garantia de equidade e não discriminação, promovendo a equidade entre todas as pessoas, empreendimentos e entidades e a não discriminação em geral, particularmente em relação a sexo, raça, religião, geração, posição política, procedência social, naturalidade, escolha sexual, estado civil ou a ser portador de necessidades especiais;
- Garantia de informação ao consumidor, primando pela transparência respeito aos direitos dos consumidores e pela educação para o consumo solidário;
- Estímulo à integração de todos os elos da cadeia produtiva, garantindo uma maior aproximação entre todas as pessoas e entidades a ela ligadas. (Cartilha de Comércio Justo e Solidário, 2010, p. 32-33).

Dessa forma, a partir da adoção desses princípios é possível identificar se, de fato, o empreendimento pode ser considerado uma Economia Solidária.

2.3 – Empreendimentos localizados na região da Baixada Santista e Vale do Ribeira

Na região da Baixada Santista e Vale do Ribeira, no estado de São Paulo, existem algumas cooperativas voltadas principalmente ao cultivo da banana, que é um produto comum na região. Uma delas é a cooperativa Família do Vale, que existe desde 2002 com sede na cidade de Registro, no Vale do Ribeira, além das agroindústrias em Jacupiranga, Sete Barras e Barra do Turvo. É uma cooperativa regional que abrange 9 municípios. Em cada município há uma coordenação municipal que produz itens variados e cada um faz a gestão do seu grupo, comercializando em conjunto. Atualmente existem mais de 1.000 cooperados.

Dentre os diversos produtos derivados da banana para fabricação e comercialização, são produzidos: doce de banana sem açúcar, com açúcar, com cobertura de chocolate, geleia de banana, geleia de jaca, polpa de maracujá, caldo de cana, picles de casca de banana, doce feito com a casca e a polpa da banana, farinha de banana, compota de banana, banana chips, biscoito vitaminado entre outros.

Os principais clientes dessa cooperativa são: Alimentação escolar de Registro, Pariquera, Eldorado, Sete Barras, Embu, Jacupiranga. Além disso, participam do Mercado Paulista Solidário, Banco de Alimentos de Embu e Itanhaém, também em Feiras, tanto no Vale do Ribeira quanto fora do Vale, como por exemplo a Feira do Parque da Água Branca. Também distribuem seus produtos em lojas na Região de Pinheiros/SP e supermercados locais.

Outro empreendimento exitoso na mesma região é a cooperativa Coopafarga, que iniciou suas atividades como associação em 2007 e em 2009 passou a cooperativa. Atualmente mantém as atividades em ambas as modalidades, associação e cooperativa, sendo nesta modalidade em nível estadual atendendo os municípios de Piedade, Tapiraí, Registro, Sete Barras, Pariquera, Juquiá. Nesta modalidade existem cerca de 300 cooperados em todas essas cidades, e seus produtos atendem cerca de 10 prefeituras, trabalhando com compra direta e formação de estoque.

Os seus principais produtos comercializados são: Banana in natura e doces derivados da banana, tais como *shakes*, banana passa, banana chips, barrinhas, doce cremoso. Também produzem inhame, mandioca, palmito, abóbora, chuchu, batata doce, pepino, abobrinha, alface, repolho, brócolis, couve-manteiga, além disso, fabricam pães, pães com presunto e queijo, pão com goiabada.

Os clientes atendidos são: As Prefeituras do Vale do Ribeira, Baixada Santista, São Bernardo do Campo, Mauá, Guarulhos, Piedade, Guarujá, São Vicente, São Miguel Arcanjo, Sorocaba, Banco de Alimentos de Mauá e Guarulhos Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).¹⁸

Na Baixada Santista, dentre as cooperativas existentes¹⁹ consta a Coleta Seletiva que recolhe 450 toneladas de recicláveis por mês na cidade de Santos, sendo realizada de segunda a sábado, uma vez por semana, em todos os bairros da cidade. O Lixo Limpo, como é conhecido todo material recolhido para a reciclagem, na cidade é encaminhado à Usina de Triagem de Materiais, no bairro da Alemoa.

¹⁸ Informações obtidas através dos sites: <http://www.sna.agr.br/alimentacao-escolar-de-sao-paulo-tem-a-primeira-aquisicao-de-fruta-da-agricultura-familiar/>
<http://abavar.com.br/Noticias/2015/01/27.01.2015.pdf>
[www.maxpress.com.br/Conteudo/1,572232,Quilombolas do Vale do Ribeira se organizam em cooperativa,572232,7.htm](http://www.maxpress.com.br/Conteudo/1,572232,Quilombolas%20do%20Vale%20do%20Ribeira%20se%20organizam%20em%20cooperativa,572232,7.htm)

¹⁹ Informações obtidas no site www.maissantos.com.br

Toda a separação do material é feita pelos 50 integrantes da Cooperativa de Materiais Recicláveis Santista, a Comares. Os cooperados separam, enfardam e vendem os recicláveis. Os metais, plásticos, vidros e papéis, separados previamente pela população, ganham a destinação correta retornando em investimentos para os cooperados do município.

Esse tipo de serviço é realizado na cidade desde 1990 e vem agregando novas atividades para aperfeiçoar cada vez mais a iniciativa. Entre os objetivos iniciais do trabalho está o aumento na produtividade, com a redução no índice de rejeitos, hoje na faixa de 40%. Além disso, procura também proporcionar inclusão social, geração de emprego e distribuição de renda, melhorando cada vez mais a qualidade de vida de seus cooperados.

Outro exemplo que temos é a Cooperativa de Trabalho e Serviços (CSS) dos Profissionais de Saúde. Trata-se de uma sociedade constituída por profissionais interessados em prestar serviços voltados à área da saúde, sempre em caráter autônomo. O principal objetivo é atender os interesses dos sócios cooperados em conformidade com sua área de atuação, bem como, se enquadrar nas tendências do mercado de trabalho numa escala sócio econômica.

Esta cooperativa possui atendimento exclusivo e personalizado, visando sempre a satisfação dos clientes. Os profissionais têm autonomia para atender as solicitações da empresa, com inexistência de vínculo empregatício conforme parágrafo único do artigo 442 da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) sendo qualificados para coordenar e acompanhar a produtividade no contratante sócio-cooperado, envolvido com o objetivo da empresa. Os resultados e o sucesso do projeto são desenvolvidos através do processamento da folha de pagamento com base na planilha de produtividade.

Além disso, a CSS possui medicina e segurança do trabalho e segurança jurídica e contratual e também busca sempre conhecer seus clientes e colaboradores avaliando o trabalho oferecido, verificando por meio de pesquisas de satisfação e opinião, periodicamente, objetivando a melhoria contínua de seus serviços.

Considerando os exemplos de empreendimentos citados, pode-se afirmar que na perspectiva da geração de emprego e renda, eles oferecem benefícios voltados ao modo como se dá este processo, proporcionando certa autonomia do trabalhador em relação ao que o mercado de trabalho oferece, porém, não podemos deixar de mencionar, que só poderá ser considerado um empreendimento de ES se estiver

direcionado para a valorização do indivíduo como um cidadão capacitado, obtendo melhores condições de trabalho, de modo a auxiliar na renda da sua família, além de contribuir com a elevação da autoestima se tornando mais produtivo, gostando do que faz, produzindo mais e onde todos são beneficiados.

Sendo assim, observa-se que a ES tem sido defendida por muitos autores como uma estratégia de enfrentamento ao desemprego e à exclusão social. Fala-se em *“um modo de produção alternativo ao capitalismo”* (BENINI; FIGUEIREDO NETO, S.d) e aos efeitos da mundialização do neoliberalismo, sendo que o mais discutido é o desemprego e a precarização do trabalho em conjunto com a ofensiva aos direitos sociais conquistados.

-

CAPÍTULO III

Trabalho, Serviço Social e Emancipação

O trabalho é compreendido como sendo uma categoria fundante do ser social que, segundo Lukács (2013), trata-se de uma atividade originária do ser humano, porque através dele o homem se humaniza e se realizam as transformações sociais. Afirma que no trabalho contém em germe de todas as outras determinações que constituem a essência do que é novo no ser social, em relação aos seres orgânicos e inorgânicos.

A partir disso, é possível afirmar que é através do trabalho que o ser social cria o seu mundo, dele resultando as formas de objetividade do ser social que se tornam cada vez mais claramente sociais e se desenvolvem na medida em que a práxis social emerge de modo cada vez mais explícito.

O trabalho é antes de tudo, em termos genéticos, o ponto de partida para tornar-se [devir] homem do homem, para a formação das suas faculdades, sendo que jamais se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. Além do mais, o trabalho se apresenta, por um longo tempo, como o único âmbito desse desenvolvimento; todas as demais formas de atividade do homem, ligadas aos diversos valores, só se podem apresentar como autônomas depois que o trabalho atinge um nível relativamente elevado (LUKÁCS, 2012, p. 348).

De acordo com Lessa (2015), na visão de Lukács a prática social deu formação a uma série de complicações sociais, com a função de sistematizar os conhecimentos adquiridos em um entendimento de mundo que finalize por oferecer, no limite, uma causa para a existência humana. Para o autor os homens lançam mão de um conjunto de ideias para interferirem nos conflitos sociais do dia-a-dia, dando origem às ideologias. Se as ideias refletem ou não certezas da realidade, se correspondem ao real, é uma questão que em nada interfere no fato de exercerem uma função ontológica na reprodução social. Lessa considera que para Lukács, no que se refere à mudança do real, no processo de reprodução social, é necessário algum conhecimento do que realmente será transformado. Assim, conhecer o real torna-se uma exigência essencial colocada pelo próprio trabalho. Porém, esta exigência jamais se mostra de forma absoluta, porque o trabalho dá início ao processo de

humanização, mas não completa (o que, em outros termos, seria pôr um término à história do homem, de sua humanização e de sua socialização).

Para Lessa (1996), o ultimo fundamento da proposta de Lukács é o entendimento de que os indivíduos humanos têm, por definição, uma predisposição para se relacionarem uns com os outros, modificando seu modo de vida.

Dessa forma, ao recriar da natureza, o indivíduo também se transforma. Em primeiro lugar ele desenvolve novas habilidades, exercitando sua criatividade; em segundo lugar, porque, para vencer a resistência que o ser natural encontra às suas mudanças conforme os objetos construídos pelos homens, é decisivo que venha a conhecer as relações causais e as decisões mais importantes do setor da natureza que deseja transformar, gerando assim, formas de trabalho, renda e participação social. *“Este movimento de transformar a natureza a partir de (...) uma prévia ideação, é denominado por Marx como trabalho”* (LESSA, 2006, p. 04-05), e posteriormente reafirmado por Lukács.

O resultado do processo de trabalho é, sempre, alguma transformação da realidade. Toda objetivação produz uma nova situação, pois tanto a realidade já não é mais a mesma (em alguma coisa ela foi transformada), como também o indivíduo já não é mais o mesmo, pois ele aprendeu algo ao idealizar e transformar a natureza. Isto significa que ao construir o mundo objetivo o indivíduo também se constrói.

Nesse sentido, com o advento do capitalismo como um sistema econômico global, estabelecido pela apropriação dos meios de produção por uma minoria, transformou-se o trabalho em uma mercadoria como as outras, impondo restrições culturais, econômicas e políticas, onde os menos favorecidos são os mais prejudicados.

Esses operários que são obrigados a vender-se por minuto, são uma mercadoria como qualquer outro artigo comercial (...). Com a difusão do uso das máquinas e a divisão do trabalho, o trabalho proletário perdeu todo o caráter independente e com isso todo o atrativo para o operário, que passa a ser um simples acessório da máquina e ao qual se pede apenas uma operação manual simplíssima, extremamente monótona e facilíma de aprender. (...) Operários contratados em massa nas fábricas são organizados militarmente e dispostos como meros soldados da indústria, sob a vigilância de toda uma hierarquia de suboficiais e oficiais (BOUDON; BOURRICAUD, 1993, p.420)

Isso posto, a partir das transformações nos modos de produção capitalista, na década de 90, a humanidade viveu um período de crise que parecia não ter fim, demonstrando que o fundo do poço era mais fundo do que se pensava. Essas

transformações se deram porque *“O Neoliberalismo finca seus pés na sociedade contemporânea com uma visão deturpada onde afirma que política é só economia, economia é finança, finança é mercado, e mercado é especulação”* (ANTUNES,1994:4).

Essa análise é embasada por Boaventura de Souza Santos, que afirma o seguinte:

Assim as empresas ingressam numa concorrência de mercado mundial em melhores condições, considerando cada vez mais a competitividade e consequentemente o individualismo, substituindo a ética da solidariedade pela ética da eficiência, o que faz desaparecer a cidadania e aumentar a exclusão social (SANTOS, 2001, p.131).

Como afirmam os autores citados, é preciso reconhecer que em decorrência das exigências colocadas pelo mercado “mundializado”, as relações de trabalho foram afetadas, acarretando mudanças que penalizam a classe trabalhadora como um todo. Essa precarização implica em diminuição dos postos de trabalho ou desemprego causados pela ausência de garantias legais de estabilidade, extinção de conquistas sociais e desestruturação do mercado de trabalho associada aos processos organizacionais e tecnológicos, estabelecendo para a classe trabalhadora outras formas de buscar a sobrevivência.

Para tanto, retomamos Gaiger (2008) afirmando que a dimensão solidária é indissociável nos empreendimentos associativos de ES, pois funcionam e expandem seu quadro social principalmente com base em relações de cooperação.

Nesse sentido, concordamos com Maia (2006) quando afirma que:

Na economia solidária encontramos milhares de trabalhadores organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando pela sua emancipação. São principalmente iniciativas de Organizações Não Governamentais voltadas para projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção-consumo comercialização; instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas recuperadas por trabalhadores, organizados em autogestão, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, dentre outras. (MAIA, 2006, p. 1-2).

Isso posto, no entender de Esteves (2011), as ações solidárias são capazes de viabilizar a organização de uma comunidade autossustentável, que, organizada, é capaz de promover medidas que garantam o seu desenvolvimento. São as ações de “empoderamento”, não só individual, mas antes de tudo coletivos, que propiciam uma base econômica fundamental para a garantia de novos empreendimentos e sua

sustentabilidade. Mas é importante frisar que o pressuposto é que, em ES, é pelo e no coletivo que os indivíduos se empoderam. Sem esse caráter coletivo, nem a cooperação, nem a solidariedade, e, portanto, nem o fortalecimento dos trabalhadores seriam possíveis.

Para Lima (2016) um empreendimento econômico solidário, pode gerar diversas oportunidades de trabalho, que vão desde a troca de conhecimentos como formação de empresas no ramo de cooperativas, plano de saúde popular, e educação aos mais carentes até as formas de organização política, como afirma Gaiger (2009) com a seguinte contribuição:

Suas ações concretas e suas bandeiras atuais reclamam o caráter universal irrevogável dos direitos dos cidadãos e a necessidade de um novo sistema de regulação da economia. Ela refuta a separação entre as esferas social e econômica e a omissão dos seus vínculos recíprocos no debate político em torno dos modelos de sociedade. A respeito dessas questões, sua insistência quanto à dimensão política das iniciativas que promove e sua adesão aos movimentos altermundialistas conduziram vários dos seus defensores a designá-la de *Economia Solidária*, termo então predominante na América Latina” (GAIGER, 2009, p. 84).

Além disso, o rumo ofertado pela economia solidária é inovador e se configura como importante instrumento de contribuição aos direitos humanos, promovendo justiça social, colocando em prática propostas que priorizem os direitos sobre os lucros e também restaura projetos sociais (CAMPELLO; SANTIAGO, 2015).

Como apontado, essa forma de organização econômica é capaz de provocar mudanças políticas e sociais para a classe trabalhadora, tendo em vista o modo de produção capitalista. Para tanto, tornar-se um empreendedor capaz de enxergar as oportunidades, por sua capacidade criativa, pela informação e pelo conhecimento da ES através de seu caráter especial em promover a inclusão social por meio de uma nova economia, baseada na solidariedade e na organização coletiva, pode ser algo revolucionário, pois o trabalhador ganha em autonomia e em consequência melhora suas condições de vida, se organiza coletivamente, porque,

A essência do trabalho humano consiste no fato de que, em primeiro lugar, ele nasce em meio à luta pela existência e, em segundo lugar, todos os seus estágios são produto de sua autoatividade (LUKÁCS, 2013, p. 43).

Desse modo, considera-se que atingir a transformação social implicaria em uma transformação do real através do trabalho, pois é onde se dão as relações sociais. Logo, entende-se que a ES a partir de seus fundamentos estabelece uma

forma transformadora na relação entre homem e natureza, homem e trabalho e homens entre si, o serviço social, portanto, poderia fazer uso das concepções da ES, uma vez que busca a transformação social, sobretudo no campo das relações capital-trabalho e nos modos de organização coletivas.

Nesse sentido, para o Serviço Social mantém-se o desafio em conhecer e interpretar algumas lógicas do capitalismo contemporâneo e suas múltiplas determinações, especialmente em relação às mudanças no mundo do trabalho. Como aponta Iamamoto,

Ao profissional, assistente social apresenta-se um dos maiores desafios nos dias atuais, que é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. (IAMAMOTO, 2007, p.113).

Assim, para o Serviço Social é imprescindível a observação do real percebendo a dinâmica da sociedade e das suas transformações na totalidade. É nesse contexto que trabalham os assistentes sociais com a questão social, nas mais variadas expressões cotidianas, identificando como os sujeitos vivenciam o trabalho, família, habitação, saúde, assistência social, possibilitando o acesso aos serviços públicos entre outros (GADOTTI, 2009).

É determinada pelo vínculo que a profissão estabelece com as classes sociais e se materializa, fundamentalmente, por meio dos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e de agir dos sujeitos envolvidos no processo da prática. Tal função é mediatizada pelas relações entre o Estado e sociedade civil no enfrentamento da questão social, integrada às estratégias de racionalização da produção e reprodução das relações sociais e no controle social (ABREU, 2002, p. 17).

Para tanto, no exercício profissional do assistente social a apreensão da questão social e suas inúmeras formas de expressão, aparecem na realização de suas atribuições através da dimensão técnico-operativa, que possibilita intervir na criação de condições para a construção e reconstrução da vida cotidiana, dando respostas às demandas imediatas da classe trabalhadora.

Isso posto, ao profissional caberia exercer essa dimensão articulando-as com as demais (teórico-metodológica, ético-política, investigativa e formativa) associadas a uma função pedagógica, isto é, sócio-pedagógica, principalmente no trabalho com as políticas públicas, na organização de lutas da classe trabalhadora, estabelecendo meios de transformação da realidade social, sendo, portanto,

[...] um rico terreno de pesquisa e intervenção, que se apresenta tanto como uma alternativa de sobrevivência para esta população como um campo de construção cotidiana da contra-hegemonia (BOFFETE; MIRANDA; MOURA, 2014:93).

Segundo Guerra (2012) é na dimensão técnico-operativa que o profissional articula um conjunto de saberes e constrói um “fazer” apoiado em um projeto de sociedade que dá a direção necessária à sua intervenção.

A definição sobre *o que* e *como* fazer tem que ser articulada ao *porque* fazer (significado social do profissional e sua funcionalidade ou não ao padrão dominante), ao *para que* fazer (indicando as finalidades/teleologia do sujeito profissional) e ao *com o que* fazer (com os meios, recursos, e através de que mediações ou sistema(s) de mediações). (GUERRA, 2012, p. 43).

Com base nesse fazer interventivo e considerando a direção que orienta a categoria profissional é que se faz necessário ao Assistente Social lançar mão de *“estratégias e táticas socioeducativas de organização e mobilização dos sujeitos com os quais trabalham na perspectiva de que eles se organizem como sujeitos coletivos”* (Guerra, 2012:66) e desse modo, a ES se torna um instrumento capaz de subsidiar respostas mais qualificadas e comprometidas com os valores de uma sociedade emancipada.

Considerações Finais

Serviço Social e Economia Solidária: uma alternativa emancipatória

A partir do desenvolvimento desse estudo podemos concluir que a importância da Economia Solidária, em seu potencial transformador, poderia contribuir com o trabalho do Assistente Social diferenciando-se no modo com que se apropriaria da questão.

Entendemos que a Economia Solidária tem como meta proporcionar melhor qualidade de vida às pessoas que aderem a esta forma de economia, visando estruturar empreendimentos formados por pessoas e para pessoas, com o objetivo de gerar renda aos que dela mais necessitam. Aos profissionais Assistentes Sociais essa mediação aparece como possibilidade para a organização coletiva da classe trabalhadora em seu processo socioeducativo.

A ES a partir de suas concepções e organização, permite a construção coletiva podendo contribuir com o profissional de serviço social em auxiliar famílias desestruturadas financeiramente, bem como no combate à fome e a miséria. Permite ainda, trabalhar questões relacionadas ao alcoolismo e à violência, proporcionando maior autoestima como alternativa ao desemprego e também buscando suprir a falta de acesso à educação, à saúde, à terra e outras possibilidades diversas.

Este tipo de atividade ganhou força com o apoio das esferas municipais e estaduais, crescendo o número de programas de economia solidária, como por exemplo, os bancos do povo, centros populares de comercialização e projetos de capacitação. Isso ocorreu, no Brasil, entre os anos de 2003 e 2015, quando os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) encamparam a ideia e os projetos de Economia Solidária, transformando-os em políticas públicas vinculadas ao Ministério do Trabalho.

Diante da coleta de dados, surgiram muitos estudos sobre cooperativas, mostrando que esta forma de economia é a que muitos autores consideram a mais participativa pela organização dos Movimentos de Economia Solidária (mesmo que nem todas consigam atender aos principais quesitos de um empreendimento solidário), sendo constantes as muitas experiências desenvolvidas com êxito, de tal

forma que tem crescido nos últimos anos, principalmente no que se refere ao desenvolvimento sustentável.

A ES propicia autonomia aos cidadãos que aderem a essa alternativa para geração de renda, minimizando as dificuldades, transformando a realidade de muitas famílias, em alguns casos garantindo a inclusão na sociedade (exemplo: pacientes da saúde mental). Além disso, os processos de organização e luta coletiva, possibilita alcançar o acesso à saúde, educação, saneamento básico, infraestrutura, segurança e habitação, direitos que deveriam ser garantidos pelo Estado através das políticas públicas. Infelizmente estes benefícios não estão presentes em muitos lugares do Brasil, ao passo que os empreendimentos de ES preveem o desenvolvimento local das comunidades. Assim, verificamos que a economia solidária pode propiciar melhor qualidade de vida, sobretudo à população de baixa renda.

Entretanto, verificamos também que os principais problemas que muitas pessoas enfrentam ao aderirem à economia solidária, como fonte de renda, estão envolvidos nos processos de organização coletiva. É aqui que, em nossa visão, se faz necessário o suporte técnico do Assistente Social, que pode contribuir para garantir certos direitos básicos a partir dos quais se possam realizar empreendimentos coletivos solidários como a ES.

A ES amplia oportunidades de crescimento econômico e de mudança social, a priorização dos recursos humanos, culturais, históricos e naturais, garantindo princípios como autogestão, solidariedade, cooperação e respeito, prevalecendo a cidadania em detrimento da exclusão econômica, social e política.

No entanto, uma pergunta que esta pesquisa levanta é esta: são os empreendimentos de Economia Solidária transformadores da realidade em que nos encontramos? Se a resposta for positiva, a Economia Solidária pode ser vista como um caminho tanto à emancipação política, como humana. Se a Economia Solidária transforma o mundo do trabalho, isto é, o mundo das relações dos homens com a natureza e, a partir disso, deles entre si, então ela traz em si um potencial revolucionário, pois vimos que o trabalho é a base e a essência do ser social. Uma crítica que, no campo do pensamento crítico, se faz à Economia Solidária é que seus empreendimentos, embora visivelmente proporcionem melhoras na qualidade de vida dos trabalhadores (inclusão social, alternativa ao desemprego, empoderamento dos trabalhadores, etc.), ela não seria um elemento de superação da ordem do sistema do capital, pois seus empreendimentos se inserem e se vinculam ao sistema de

produção, circulação e consumo de mercadoria. A Economia Solidária estaria, assim, presas nas teias do capital, ainda que proporcione transformações locais e parciais. Acreditamos, contudo, muito embora nossa pesquisa não tenha conseguido avançar neste ponto, que a Economia Solidária oferece uma alternativa revolucionária ao modo de vida capitalista, pois ela pretende ser uma maneira coletiva e humanizada de organização do trabalho, das relações de trabalho, das relações dos trabalhadores entre si e deles com o todo da natureza e da vida. Economia Solidária não é só uma oportunidade de trabalho cooperativo: ela pretende ser uma maneira diferente de trabalhar e de se relacionar com o outro, com a natureza e com o mundo. Há pelo menos seis princípios que caracterizam a Economia Solidária e que subvertem a ordem do capital:

1. A Economia Solidária não é e não pode ser movida pelo lucro;
2. Ela não é e não pode ser regida pelo valor (econômico e social) da propriedade privada;
3. Logo, seus empreendimentos devem ser necessariamente coletivos;
4. Nela não há e não pode haver exploração do trabalhador pelo trabalhador (e, portanto, nela não pode haver trabalhadores assalariados a serviço de empregadores, isto é, patrões proprietários);
5. Ela é e deve ser regida pelo princípio da igualdade;
6. Seus empreendimentos coletivos devem estabelecer uma relação orgânica com a natureza, e não destrutiva.

Insistimos: as organizações e as cooperativas que não seguem tais princípios não entram no campo da Economia Solidária, não trazendo nelas nenhum potencial transformador ou revolucionário.

É preciso reconhecer, todavia, que mesmo os empreendimentos que se caracterizam como Economia Solidária, embora tragam um potencial emancipador, sofrem com o problema estrutural de sua posição no sistema do capital: são obrigados a produzir e vender seus produtos dentro desse sistema de mercado, não obstante todos os esforços dos empreendimentos em formar uma rede autônoma de economia solidária. O problema é antigo. Já em 1867, membros da Associação Internacional dos Trabalhadores, da qual, como sabemos, faziam parte Marx e Engels, escreviam, sobre o tema:

Os esforços atualmente empreendidos pelas associações para a emancipação da classe trabalhadora podem ser resumidos no que se chamou de movimento cooperativo. Ora, o movimento cooperativo, em sua fase atual e nas diferentes formas sob as quais ele se manifestou – como as assim chamadas sociedade de crédito cooperativo, cooperativa de consumo, cooperativa de produção – reconhece ainda o velho princípio da produtividade do capital, isto é, do direito do capital de dispor dos frutos do trabalho, e o põe amplamente em prática (BUSTO, 2014, p. 168)²⁰.

Mas é justamente com esse “princípio da produtividade” e “direito do capital” que, ao nosso ver, a Economia Solidária visa romper, e com isso ela traz em si um potencial emancipatório, ainda que sua existência e realidade não possa escapar das determinações do seu entorno, marcadamente capitalista. Se não pode escapar ao seu contexto, a Economia Solidária traz, entretanto, o potencial de transformá-lo, porque busca engendrar transformações substanciais no cerne da questão social, que não é outro senão a relação capital-trabalho. Ou bem a Economia Solidária se constitua como uma força capaz de atingir o cerne da questão, ou bem ela não engendrará nenhuma transformação social emancipadora e revolucionária. Um ano antes do relatório que citamos acima, o próprio Karl Marx reconhecia o potencial do trabalho cooperativo:

Reconhecemos o movimento cooperativo como uma das forças transformadoras da atual sociedade baseada no antagonismo de classes. Seu grande mérito é mostrar na prática que o atual sistema empobrecedor e despótico da *subordinação do trabalho* ao capital pode ser superado pelo sistema republicano e beneficente da *associação de produtores livres e iguais* (MARX, in: BUSTO, 2014, p. 105, grifos do autor).

Marx, porém, não deixava ao mesmo tempo de reconhecer os limites e empassos do trabalho cooperativo:

No entanto, restrito às formas banais nas quais os escravos assalariados individuais podem trabalhar por seus esforços privados, o sistema cooperativo jamais transformará a sociedade capitalista. Para converter a produção social num sistema amplo e harmonioso de trabalho livre e cooperativo são necessárias *mudanças sociais gerais, mudanças das condições gerais da sociedade*, que jamais podem ser realizadas a não ser pela transferência das forças organizadas da sociedade, isto é, do poder

²⁰Trata-se de um trecho dos *Relatórios da comissão do Congresso sobre as questões programáticas*, apresentados em 1867 no Congresso de Lausanne (BUSTO, 2014, p. 118, nota 10). Os autores do texto, intitulado “Sobre o movimento cooperativo”, eram Ludwig Büchner, César de Paepe, André Murat, Louis Müller e R. L. Garbe.

estatal, dos capitalistas e proprietários fundiários aos próprios produtores (MARX, in: BUSTO, 2014, p. 105, grifos do autor).

Neste trecho, de Marx, podemos vislumbrar os limites e os impasses da Economia Solidária, enquanto forma de trabalho cooperativo. Mas ela tem, ao nosso ver, não o potencial da transferência da produção aos produtores, mas sim o do engendramento, no interior do sistema, de relações de produção comandadas pelos próprios produtores e para os produtores.

Em todo caso, acreditamos que mais experiências possam nascer a cada dia para somar seus saberes na construção e reconstrução de uma vida igualitária, com justiça social e de renda, geração de trabalho com dignidade e solidariedade, com autogestão e cooperação entre seus membros. E esperamos que este estudo possa contribuir com a promoção da Economia Solidária pelo profissional de Serviço Social em seus processos e práticas, numa perspectiva de direcionamento a um outro modo de sociabilidade, a um outro modo de produção, a um outro modo de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. **Serviço Social e a organização da cultura**: perfis pedagógicos da prática profissional. São Paulo: Cortez, 2002

ALVES J.N. et al. A Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 2, Artigo 1, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2016

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

BARFKNECHT, K. S.; MERLO, Á.R.C.; NARDI, H.C. et al. Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. **Psicologia & Sociedade**, v.18, n.2, p. 54-61; mai./ago. 2006

BARRETO, A. V. **Cultura da cooperação**: subsídios para uma economia solidária. In: SOUZA, A. R. et al. (Org.). Uma outra economia é possível. São Paulo: Contexto, 2003. p. 287– 314.

BARRETO, R. O.; PAULA, A. P. P. Os dilemas da economia solidária: um estudo acerca da dificuldade de inserção dos indivíduos na lógica cooperativista. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.219-213, 2009.

BENINI, E.G; NETO, L. F. F. Desemprego e Economia Solidária: Repensando a Autogestão. **SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS. S.d.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Bom tempo, 1998

BOFFETE, J.E.O.; MIRANDA, T. L.; MOURA, R. R. A importância da atuação profissional do serviço social na incubadora de empreendimentos solidários (IESOL). 11 CONEX. Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), 2014.

BRASIL. Ministério do trabalho e emprego. **Portaria n. 2.060 de 30/12/2014**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 08/01/2015. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=53&data=08/01/2015>>. Acesso em: 14/01/2017.

_____. Ministério do trabalho e emprego. **Portal do trabalho e emprego**. 2014. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte>>. Acesso em: 06/01/2017.

BUSTO, Marcello (org.). **Trabalhadores, uni-vos! Antologia política da I Internacional**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2014.

CAMPELLO, L. G. B.; SANTIAGO, M. R. Ética, ciência e cultura jurídica: **IV Congresso Nacional da FEPODI**: [Recurso eletrônico on-line] organização FEPODI/ CONPEDI/ANPG/PUC-SP/UNINOVE – São Paulo: FEPODI, 2015.

CARVALHO, M.C. Autogestão, Economia Solidária e Cooperativismo: uma análise da experiência política da Associação Nacional de Trabalhadores e Empresas de Autogestão. **Mestrado**, Universidade Federal de Juiz de Fora, Pós-Graduação em Serviço Social. 2012. p. 119.

CASTRO, C. H. et al. **O clube de trocas de São Paulo**. In: SINGER, P.; SOUZA, A. R. de (Org.). Economia Solidária no Brasil: a autogestão como proposta ao desemprego. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2003. 289-302 p.

CATTANI, D. A. (Org.). **A Outra Economia**. Porto alegre: Veraz, 2003

CORTEGOSO, A. L. et al. Identificação e Descrição de Relações Comportamentais na Economia Solidária. **Psicologia Ciência e Profissão**, Universidade Federal de São Carlos. v.27, n.2, p.246-265, 2007.

EIDELWEIN, K. Gestão social: a economia solidária como possibilidade de modelo. **JURIS**, Rio Grande, v.14; p.: 41-54, 2009.

ESTEVES, A.G.Economia solidária e empreendedorismo social: perspectivas de inclusão social pelo trabalho.**O Social em Questão**, Ano XIV - nº 25/26; 2011

FRANTZ, W. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. – 162 p.

GADOTTI, M. **Economia solidária como práxis pedagógica** / Moacir Gadotti. -- São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009. -- (Educação popular)

GAIGER, L.I.G. A economia solidária e o valor das relações sociais vinculantes. **Revista Katálisis**, Florianópolis, v. 11, n. 1, jun., 2008

_____. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, p. 81-99, março 2009

GIL, A.C. **Como elaborar um trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 2010.

HADDAD, F. *Hayque ser solidário pero sin perder la combatividadjamás*. In: MELLO, S. L. de (Org.). Economia Solidária e autogestão: encontros internacionais. São Paulo: NESOL-USP, ITCP-USP, PW, 2005. 22-28 p.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

JAFFEE, D. Briningthe moral charge home: Fair trade whitinthe North andwhitinthe South. *Rural Sociology*, v. 69, n. 2, p. 169-196, 2004.

KUYVEN, Patrícia Sorgatto; KAPPES, Sylvio Antonio. Relação entre o grau de solidarismo e o índice de sobrevivência de empreendimentos econômicos solidários na região sul do Brasil. Anais do Congresso Internacional Rullescoop. Unisinos: 2013

LEBOUTTE, P. **Economia Popular Solidária e políticas públicas**: a experiência pioneira do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: ITCP/ COPPE, 2003

LESSA, S. Lukács e a ontologia: uma introdução. Revista Outubro.
Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-5-Artigo-06.pdf> > Acesso em: 14 Nov.2017

LIMA, C. Centro de Estudos de Assessoria. Boas práticas em economia solidária no Brasil. Brasília: CEA; FBES, 2016. – p. 40; il.

LUKÁCS, G. **Para uma ontologia do ser social**. v. I. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **Para uma ontologia do ser social v. II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **O que é Economia Solidária?** Brasília, 2008. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ecosolidaria/o-que-e-economia-solidaria.htm>>. Acesso em 11 de dez. de 2016.

MAIA, D.H.S.; CATIN, N.F; FLIHO, H.B. As alternativas propostas pela economia solidária para o desenvolvimento econômico e social, com sustentabilidade e geração de renda. 2006

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. Livro I, Vol. I. 24ª ed. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

MORAIS, E. E. Propriedades coletivas, cooperativismo e economia solidária no Brasil. Serv. Soc. Sociedade, São Paulo, n. 105, p. 67-88, jan./mar. 2011

NASCIMENTO, A. F.; REIS, C. N. Formas Alternativas de la economía solidária: algunas evidencias de las restricciones impuestas por la concurrencia del mercado. In: IX Congreso Internacional de la asociación española de historia económica. Murcia, 2008.

NASCIMENTO, A.F. **Economia popular solidária**: Alternativa de inclusão social ou forma oculta de precarização? Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2009.

PIANA, MC. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233

PRAXEDES, S. F. Políticas Públicas de Economia Solidária: novas práticas, novas metodologias. IPEA. **Mercado de Trabalho**, v.39, mai.2009

SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda. (Orgs.) A dimensão técnico-operativa no serviço social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

SCHIOCHET, V. **Políticas públicas em economia solidária**: reflexões da Rede de Gestores/ Secretaria Nacional de Economia Solidária - MTE. Rede de Gestores de

políticas públicas de Economia Solidária. Centro de Estudos Josué de Castro. Recife: Ed. Universidade da UFPE, 2008.

SINGER, P. (2002), **Introdução à Economia Solidária**, São Paulo, Ed. Fundação Perseu Abramo.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 2000.

SINGER, Paul. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. Estudos Avançados, v. 18, n. 51, 2004, p. 7-22.

_____. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In: Boaventura de Sousa Santos (org.) Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p 81-129

SOUSA, A. Economia solidária e trabalho: elementos para análise das políticas públicas de geração de trabalho e renda. **Anais do I circuito de Debates Acadêmicos**, (CODE). Universidade de Brasília – UnB, (2011).

SOUSA, L. P. Cooperativismo: conceitos e desafios à implantação da economia solidária. **Vitrine da Conjuntura**, Curitiba, v.2, n.2, abril 2009

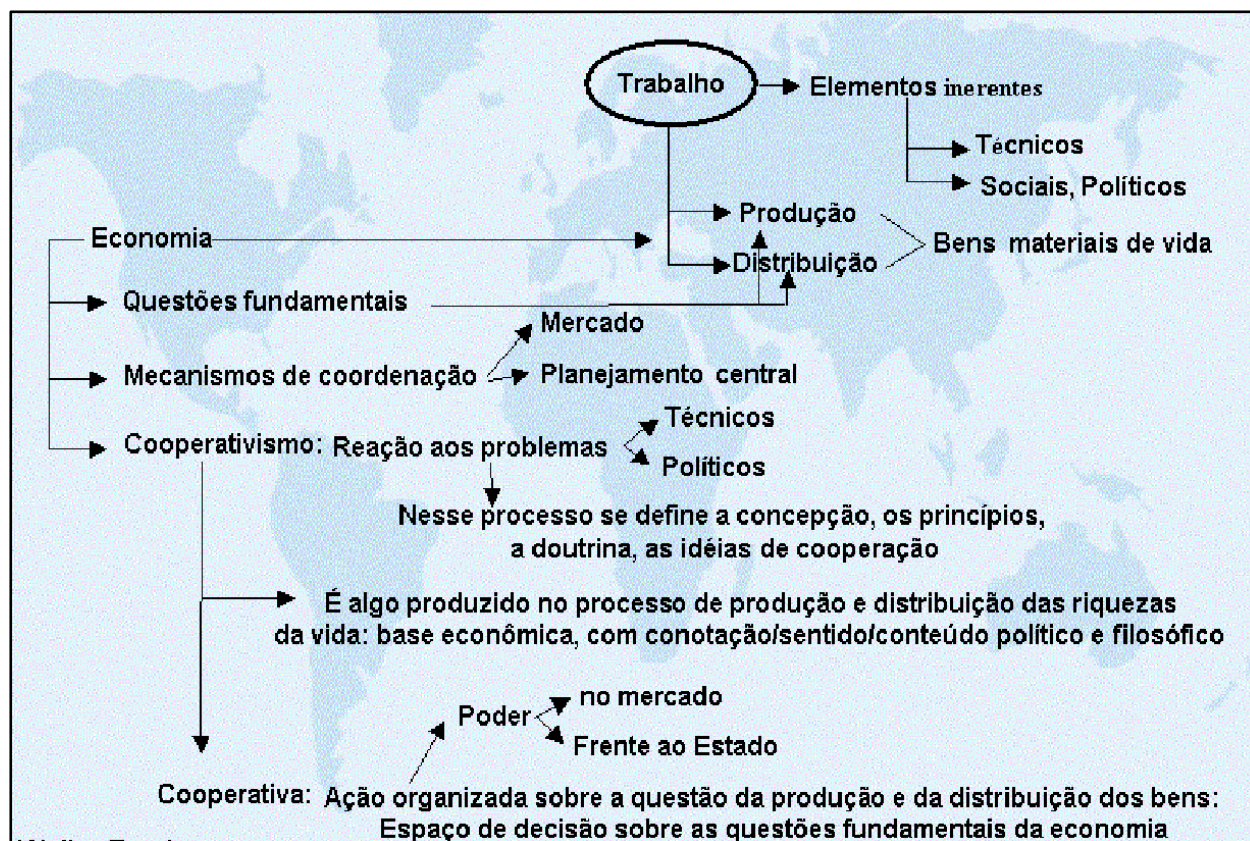
STAHL, R. L. SCHNEIDER, J.O. As interfaces entre cooperativismo e economia solidária. **Ciências Sociais Unisinos**, v.49, n.2, p. 197-206, maio/agosto 2013.

STOTZ, E. N. **Pobreza e capitalismo**. In: VALLA, Victor Vicent et al (Orgs). Para Compreender a Pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005. p. 53-72.

VIEIRA, A.F.G.; FOREST, F. Informação e conhecimento na economia solidária. **Revista Biblios**, n. 62, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

ANEXO I

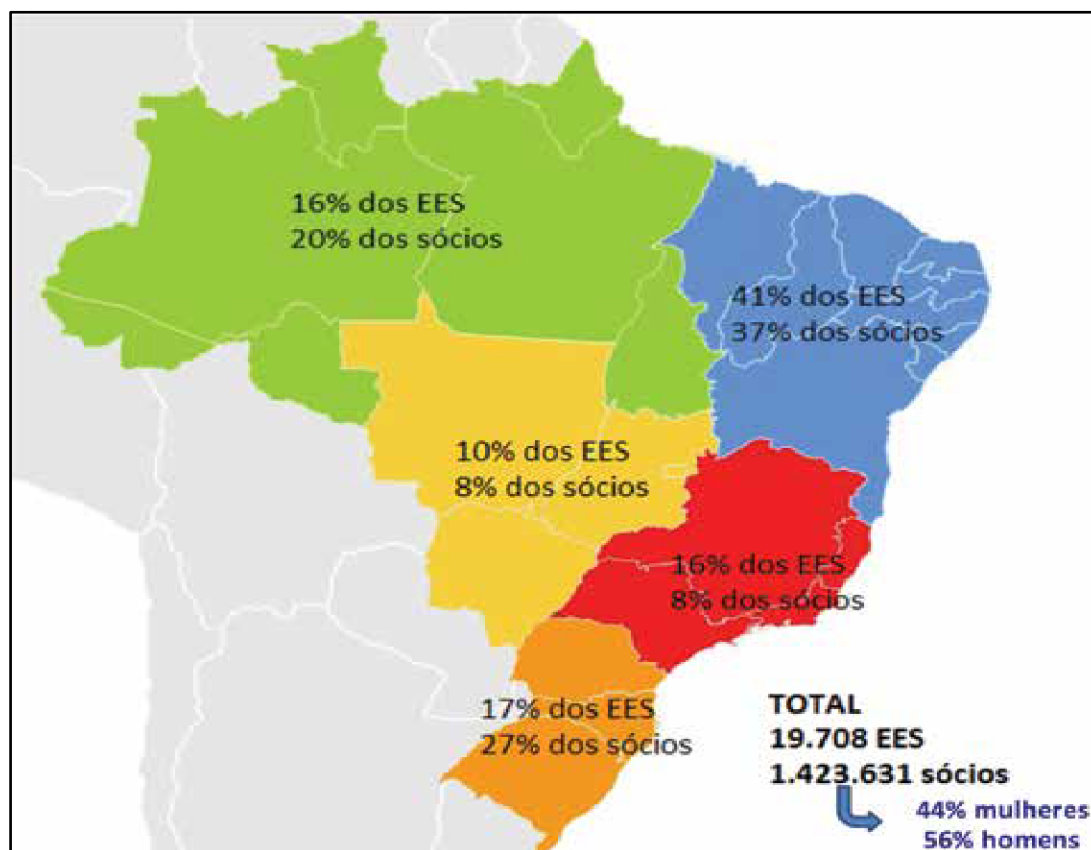
Figura. Quadro 1. Origem e Fundamentação da Cooperação



Fonte: FRANTZ, W. Associativismo, cooperativismo e economia solidária. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 162

ANEXO II

Figura. Quadro 2. Empreendimentos econômicos solidários por macrorregião e associados/as



Fonte: LIMA, C. Boas práticas em economia solidária no Brasil/Texto de Claudia Lima – Brasília: CEA; FBES, 2016. – p.40; il.